

A favor da Fundação Palmares. Decisão judicial reconhece fragilidade do Relatório Retrato do Acervo e manipulação de trechos da única pesquisa citada em todo texto.

Em junho de 2021, a sociedade brasileira, principalmente a comunidade negra e progressistas, foi surpreendida pelo Relatório Retrato do Acervo, produzido pela gestão da Fundação Palmares, assinado pelo então presidente Sérgio Camargo, em que era proposto, com outras palavras, o expurgo de parte do acervo da Biblioteca Oliveira Silveira, pertencente à Fundação. O documento de 74 páginas ataca igualmente o 20 de Novembro, dia da Consciência Negra, e o nome da biblioteca, Oliveira Silveira, poeta e um dos propositores do 20. Para isso, se utilizou de trechos descontextualizados do resumo de minha dissertação de mestrado *O Grupo Palmares: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*, como referência para atacar tanto o 20, como Oliveira Silveira – um dos entrevistados para a produção do texto da pesquisa de mestrado defendida em 2006.

Esse texto é resultado de uma decisão judicial, fruto de processo ajuizado contra o uso descontextualizado, distorcido, mal intencionado e inadequado de trechos inexpressivos do texto de minha autoria, citados no Relatório num contexto de ataque ao 20 de Novembro e a memória de Oliveira Silveira, o que contraria a narrativa construída pela pesquisa. A ação buscou resguardar a dissertação, academicamente reconhecida por sua circulação, e principalmente os sentidos do 20 de Novembro e o protagonismo de Oliveira Silveira no processo de constituição do chamado movimento negro contemporâneo. Da mesma forma, tratou-se de um posicionamento na esfera legal de oposição e forma de materializar o descontentamento contra a gestão da Fundação Palmares durante o governo de Jair Bolsonaro, reconhecidamente conservadora e opositora aos movimentos sociais negros.

Além disso, a maneira como o texto foi usado no Relatório construiu a ideia de que a dissertação originalmente tivesse um caráter de crítica negativa à ação do Grupo Palmares e a sua realização pelo uso da palavra subversivo – usado no Relatório no sentido conferido pela ditadura militar – comunista, não por acaso adjetivação utilizada por este governo em que a Fundação teve sua missão violentada, e não no sentido usado na dissertação que é o de transformação dos discursos identitários, de militância e de reivindicação de direitos de cidadania pelos movimentos negros. Esse sentido mostrou-se pelas inúmeras mensagens e ligações que recebi de pesquisadores que eu conhecia e que conheciam a dissertação, bem como de pessoas que eu não conhecia, principalmente em grupos mediados de pesquisadores, que me questionaram sobre a citação e principalmente sobre os sentidos do texto.

Pessoalmente, estar ligado a uma produção sem nenhum tipo de argumentação técnica, ou acadêmica válida – considerando se tratar de um Relatório de uma instituição governamental, produzido por uma gestão ideologicamente ligada ao novo conservadorismo de direita e conhecida pelo ataque às conquistas históricas do movimento negro, me produziu inquietação e principalmente repulsa. Como um historiador, considero grave ter uma produção intelectual ligada a um triste momento de ataque à liberdade de expressão e de pensamento pela exclusão de livros por questões ideológicas, remontando fatos históricos como a Inquisição (séc. 12 ao 18) lato senso, e o Bücheverbrennung Nazista (1933), a queima de livros, entre outros inúmeros episódios

de perseguição a liberdade de pensamento. Felizmente a decisão repara essa condição e possibilita a produção de mais um documento oficial que desconstitui a validade argumentativa e de efetivação do objetivo do Relatório.

Sobre o texto do Retrato do Acervo, escrito para justificar a exclusão de centenas de obras da biblioteca da Fundação, tratou-se de um documento produzido em torno de uma tese ideológica anunciada já no texto de abertura, assinado pelo então presidente da Fundação, Sérgio Camargo. A tese defende que se trata de um acervo contrário às finalidades da instituição e que apresenta obras que fomentam entre outras teorias imaginárias da nova direita conservadora, como a revolução sexual, a sexualização de crianças e a bandidolatria (p.5). Esta tese reaparece escrita quase da mesma forma na página 8, como “Principais Constatações”, na página 10, quando refere a “Função da Biblioteca” e, ainda na página 11, tendo como título a “Ordem Legal”. Todo o texto do relatório, portanto, é construído para defender sem argumentos sustentados essa perspectiva e ainda acusar, a partir do senso comum, a onipresença da perspectiva de “militância revolucionária” e de “resistência aos brancos” no acervo da biblioteca da Fundação.

Para sustentar essa perspectiva, os responsáveis pelo documento apresentam dois trechos de frases do resumo, da dissertação *O Grupo Palmares: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de uma novo espaço social e simbólico*, que são descontextualizados e usados para confirmar a tese ideológica, visando justificar o desmanche da biblioteca e, ao mesmo tempo, reforçar o ataque às entidades do movimento social negro e à construção simbólica em torno do 20 de novembro. Ao descontextualizar os trechos da dissertação e inseri-los dentro de um novo contexto ideológico e não técnico, ou científico, como deveria por tratar-se de um documento oficial sobre um acervo, os responsáveis pelo Relatório se utilizaram da mesma estratégia linguística de produção de memes e fake News, ou seja, retiram os trechos de frases do resumo da dissertação de seu sentido e contexto originais e inseriram em outro, visando com isso a produção de outros sentidos.

Ao contrário do que diz em Retrato do Acervo, a dissertação mostra como os integrantes do grupo Palmares atuaram estrategicamente, mesmo num período de violência e de Ditadura Militar, entre 1971 e 1978, dentro da esfera legal possível – comprovado por documentos de liberação pela censura da polícia federal, como o documento para a realização do primeiro ato em 1971 que está anexado à dissertação. Mesmo assim a atuação do grupo subverteu - transformação da práxis, a disputa pela integração do negro nas esferas de cidadania e de reconhecimento de sua existência e contribuição para a nacionalidade brasileira. Contrapuseram, por manifestos e estratégias de visibilidade, o projeto de branqueamento (imigração e mestiçagem) e de exclusão simbólica e material (racismo estrutural) da população negra, que regulam as relações sociais no Brasil. No entanto, a principal contribuição do grupo foi deslocar a liberdade da assinatura da Princesa para agência permanente dos escravizados, simbolizada no 20, agregando novos sentidos às práticas de comunitarismo e valorização da ancestralidade, base dos discursos de aquilombamento contemporâneo.

A escolha da dissertação não foi obra do acaso, sendo o único texto referido nominalmente – incluindo o autor, em todo o relatório. O texto tem sido utilizado por diferentes entidades, como a CNBB e a própria Fundação Palmares em referências ao 20 de Novembro, projetos, como a exposição acervo do Google, projetos pedagógicos de

cursos de graduação e pós-graduação e centenas de pesquisas para reafirmar a agência do movimento social negro no processo de integração da população negra nas esferas de cidadania plena no país. Também por ter sido produzido a partir de depoimentos dos articuladores do 20 de Novembro, incluindo o próprio Oliveira Silveira, também negativamente referido no relatório. O texto igualmente tem servido de referência para reportagens durante novembro pelo menos nos últimos 15 anos.

Com isso, a circulação e o reconhecimento da dissertação foram utilizados para respaldar uma tese descabida que contrapõe tanto o sentido do texto, como remete aos piores momentos da história da humanidade, que são, como referido, as perseguições à liberdade de pensamento. Com isso, além de violar os sentidos existentes na dissertação que vislumbra a centralidade da ação do Grupo Palmares no contemporâneo – ao afirmar que se trata de um “movimento datado” de “mentalidade revolucionária e marxista” e ligando a isso a acusações inverossímeis, como ideologia de gênero, produz uma deturpação da dissertação e a estigmatização do pesquisador que tem seu nome ligado ao ato negacionista e sem relação lógica entre o que a dissertação propõe e o que o Relatório afirma. A recusa a toda essa consequência tem agora o reconhecimento legal.

Por fim, considero necessário dizer que a presente decisão judicial, da qual esse texto resulta, foi precedida por decisões da justiça para a proteção do acervo da Biblioteca Oliveira Silveira, principalmente da biblioteca de Clóvis Moura, doado por sua família oficialmente à fundação e da qual a maioria dos livros citados no Relatório faz parte. Cogitar desconstituir esse acervo mostra o desconhecimento técnico e sobre patrimônio das pessoas que produziram esse Relatório. Também aponta a permanente desvalorização de acervos de intelectuais negros, como Moura, nessa tentativa contestada e pelo silenciamento, invisibilidade e negação em outras instituições culturais e acadêmica do país.

A ação também se propôs como um documento de denúncia da continua violência simbólica e física da branquitude, enquanto relação de poder que categoriza e hierarquiza os seres humanos pela cor da pele, contra a população negra através do epistemicídio e principalmente do genocídio, instrumentos de manutenção das estruturas e consequentemente dos privilégios. A gestão da Fundação contra a qual essa ação foi impetrada representou, como demonstra o Relatório e todos os discursos públicos de seus representantes, a aceitação de todas essas violências. Em se tratando da Fundação Palmares, patrimônio nosso e conquista dos que nos antecederam, torna-se determinante que, nesse momento de gestão progressista, sejam criados instrumentos legais para proteger a instituição de grupos que recusam tudo o que ela significa: as conquistas políticas da população negra por meio das mais diferentes formas de resistência e pressão.

Deivison Moacir Cezar de Campos, militante negro, doutor em Ciências da Comunicação e doutorando em História. Porto Alegre, 28 de maio de 2023.